



**APROXIMAÇÕES ENTRE ARQUEOLOGIA, EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E DIFERENTES SEGMENTOS DA SOCIEDADE:
CONSTRUINDO EXPERIÊNCIAS A PARTIR DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS MARCO ZERO**

***APPROACHES BETWEEN ARCHEOLOGY, HERITAGE
EDUCATION AND DIFFERENT SEGMENTS OF SOCIETY:
BUILDING EXPERIENCES FROM THE FEDERAL UNIVERSITY
OF AMAPÁ, CAMPUS MARCO ZERO***

Avelino Gambim Júnior¹

Jelly Juliane Souza de Lima²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de extensão “Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero”, que foi executado em 2018, considerando o sítio arqueológico AP-MA-05. Para isso, as ações educativas foram norteadas pela metodologia da Educação Patrimonial. As reflexões apresentadas partem das palestras e oficinas voltadas para o ambiente escolar e para o sindicato dos Guias de Turismo do Amapá e seus entendimentos sobre o patrimônio arqueológico. Com base nos resultados, concluímos que as palestras e oficinas permitiram criar aproximações entre passado e presente nestes dois setores da sociedade amapaense.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; Patrimônio Arqueológico; Macapá.

ABSTRACT

This article aims to present the results of the extension project entitled “Archeology and Heritage Education: building experiences from the Universidade Federal do Amapá,

¹Mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGARq/UFRJ). Foi Gerente de subgrupo de atividades do projeto “Pesquisa Arqueológica” do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do IEPA (NuPARq/IEPA) entre 2016 e 2017. Hoje é professor substituto no curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e arqueólogo colaborador no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá da Universidade Federal do Amapá (CEPAP/UNIFAP).

²Mestra em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2017). Atualmente é doutoranda em História Social (História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes). Entre 2016 e 2017 foi Gerente Operacional do Núcleo de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). É pesquisadora colaboradora na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), desenvolvendo projetos de pesquisa, ensino, extensão e orientações de discentes.



Marco Zero campus”, which was executed in 2018, considering the archaeological site AP-MA-05. For this, the educational actions were guided by Heritage Education methodologies. The reflections presented come from the lectures and workshops focused on school’s environments and Tourism Guides Syndicate of Amapá and their understanding of the archaeological heritage. Based on the results, we conclude that the lectures and workshops allowed to create approximations between past and present in these two sectors of Amapaense society.

KEY-WORDS: Heritage Education; Archaeological Heritage; Macapá.

Introdução

As pesquisas arqueológicas realizadas no Estado do Amapá, na cidade de Macapá têm revelado a existência de vários sítios arqueológicos. Este é o caso da área que está inserida a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Obras de infraestrutura e ampliação de prédios revelaram a existência do sítio arqueológico AP-MA-05 (figura 1), que apresenta datações que o situam entre os séculos X ao XIII (SALDANHA, 2017) e que foi alvo de pesquisas esporádicas desde então (MACHADO, 1997; SALDANHA & CABRAL, 2011; COSTA & MORAES, 2017).

Figura 1. Escavações realizadas na área da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em 1990 e 2010. Fonte: Fotos preto e branco retiradas do relatório de pesquisa de Ana Lúcia Machado (1997). Fotos coloridas cedidas gentilmente por Mauricio de Paiva (2018).





Boa parte das informações sobre o sítio arqueológico AP-MA-05, encontram-se restritas ainda em relatórios e artigos científicos que têm alcançado principalmente os pares da arqueologia. A partir da ausência de ações educativas voltadas para o sítio arqueológico AP-MA-05, uma equipe interdisciplinar de Arqueologia e História elaborou o projeto de extensão “Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero” (2018), coordenado pela professora Dra. Verônica Xavier Luna.

O projeto de “Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero” contou com recurso financeiro vindo do Programa³ Institucional de Bolsas a Extensão Universitária (PIBEX) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Como base conceitual e metodológica deste projeto está a Educação Patrimonial que permitiu realizar ações educativas voltadas para o Sindicato dos Guias de Turismo do Estado do Amapá e as escolas municipais Cacilda Vasconcelos e Maria Luiza Bello. Como resultados, emergiram questões como responsabilidade da preservação do patrimônio arqueológico, bem como percepções, apropriação e reapropriação e reinvenções das tradições a partir do contato com o patrimônio arqueológico.

Educação Patrimonial e Patrimônio Arqueológico

Desde a criação da Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, documentos revelam iniciativas e projetos que destacavam a importância da realização das ações educativas como forma de proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro sob sua responsabilidade (CARVALHO & FUNARI, 2009; FLORENCIO ET AL, 2014). A criação de um órgão federal voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada principalmente pelos intelectuais que estavam ligados a Semana de arte Moderna (SAM) de 1922 (FLORENCIO ET AL, 2014, p. 5).

Mario de Andrade, romancista, pesquisador, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, ficou responsável por redigir um documento que visava à “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio

³ EDITAL DEX/PROEAC Nº 27/2017.



artístico nacional” (FERREIRA, 2015, p. 13). Desde 1970 com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a responsabilidade de Aloisio Magalhães que os processos educacionais começaram a ser abordados, tendo a participação do alto escalão do governo Federal do Distrito Federal, que também se uniram com alguns professores de instituições públicas como a Universidade de Brasília (UNB) (FLORÊNCIO ET AL, 2014, p. 5-7).

Entre 1937 a 1967, as iniciativas do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a efetivação de ações educativas diluía-se diante das demandas pela criação de museus, exposições, tombamentos de coleções e acervos, e estímulos de publicações e divulgação que estavam sob sua responsabilidade (FLORÊNCIO ET AL, 2014, p. 6). É preciso destacar que o foco do CNRC não era diretamente a temática da Educação, no entanto, sua iniciativa culminou na instauração de parâmetros entre processos educativos e preservação patrimonial (FLORÊNCIO ET AL, 2014, p. 8).

Apesar das discussões associando Educação e Patrimônio, de fato o termo Educação Patrimonial foi cunhado somente na década de 1980, sendo resultado do modelo inglês *Heritage Education* (HORTA et al 1999; SCHAAN, 2007). A Educação Patrimonial passou a ser utilizada no Brasil com a realização do 1º Seminário de “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado em 1983, em Petrópolis, Rio de Janeiro (HORTA, 1991, 1995). A Educação Patrimonial passou a ser um instrumento educacional utilizado de forma permanente e sistemática, uma proposta metodológica voltada para apropriação dos bens culturais diversos que formam o patrimônio cultural (HORTA, 1991, 2005; HORTA ET AL 1999).

É preciso lembrar que o conceito de patrimônio passou a ser utilizado em relação aos momentos herdados de gerações anteriores, já que faz referência com a lembrança e aos antepassados, implícitos na herança (FUNARI, 2001; SCHAAN, 2007, p. 109). Parte deste reforço da memória e de uma identidade nacional pode ser geralmente encontrado associado ao “patrimônio de pedra e cal” (NAJJAR, 2011). Conforme destacam Aline Carvalho e Pedro Paulo Funari (2009), o patrimônio cultural pode ser importante e gerar afeição para um determinado grupo social, enquanto que para outros não geraria a mesma comoção. O distanciamento e a falta de reconhecimento dos grupos sociais e/ou entre a



sociedade e seus patrimônios pode ser superado através de ações de Educação Patrimonial (CARVALHO & FUNARI, 2009).

Neste sentido, as ações do projeto de extensão “Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero” centraram-se no patrimônio arqueológico. O patrimônio arqueológico, composto por vestígios encontrados nos sítios arqueológicos, tratam-se de um conjunto de bens culturais, produzidos pelas pessoas em um determinado momento histórico, que carrega significados (SCHAAN, 2007). Ao introduzir o conceito de Educação Patrimonial de Horta (1991, 1995), Bastos (2006) considera que o mesmo “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural arqueológico como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Público alvo e Metodologia da Educação Patrimonial

Para o projeto de extensão “Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero”, consideramos como representações da sociedade amapaense o Sindicato dos Guias de Turismo do Estado do Amapá e as escolas municipais Cacilda Vasconcelos e Maria Luiza Bello. Em geral as ações educativas foram divididas em três etapas.

A primeira etapa consistiu em obter o contato com o Sindicato dos Guias de Turismo do Estado do Amapá e as escolas municipais Cacilda Vasconcelos e Maria Luiza Bello. Ao ter as autorizações, a equipe do projeto de extensão pôde planejar a segunda etapa concernente às ações práticas a serem realizadas nos ambientes escolares. Após o planejamento, iniciamos a terceira etapa de ações práticas nas escolas municipais. Das etapas expostas, especificamente, a segunda contemplou a metodologia específica da Educação Patrimonial concernentes à observação, registro, exploração, apropriação (HORTA ET AL, 1999; MATOS, 2011), reapropriação (SCHAAN, 2007) e reinvenção das tradições (HOBSBAWM, 1984; SCHAAN, 2007):

1.Observação: Identificação do objeto/função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Neste sentido, apresentações sobre arqueologia foram



consideradas como ponto de partida para o início das atividades de Educação Patrimonial. O objetivo principal seria socializar os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas por diferentes instituições na área da UNIFAP e destacar a importância da pesquisa arqueológica como forma de preservação do patrimônio arqueológico do Amapá.

2.Registro: Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional. A partir das apresentações feitas pela equipe de arqueologia do projeto de extensão, os alunos devem produzir desenhos coloridos em papel, ao destacar o patrimônio cultural e outras formas de expressão que os rodeiam. O registro também pode ser reforçado nas atividades de força arqueológica e no caderninho “Conhecendo a arqueologia” distribuído aos alunos.

3.Exploração: Desenvolvimento das capacidades de análises e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados. Após a elaboração dos desenhos coloridos em papel A4, os participantes serão instigados a falar sobre sua produção. A exploração e sua interpretação podem ser feitas através da atividade do arqueólogo do futuro, Sítio-escola Cacilda Vasconcellos e nas oficinas fabricação de objetos de argila e a ação intitulada “Dos cacos às Memórias”: ferramenta pedagógica na educação patrimonial”.

4.Apropriação: Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural da família e da sociedade. Na última etapa, uma exposição fotográfica deve refletir as ações educativas que envolveram os participantes.

5.Reapropriação e reinvenção das tradições: Em decorrência da difusão do discurso científico sobre o patrimônio arqueológico, este transformou-se com o tempo e atingiu o público de diversas maneiras. As histórias sobre o passado pré-colonial são como recriações, com base na tradição popular e discurso científico, que culminaram na imaginação popular. Dado o lapso de tempo entre passado (patrimônio arqueológico, cultura arqueológica) e a reivindicação deste pela sociedade contemporânea (escolas) pode-se dizer que emerge nestes cenários a “invenção de uma tradição”.



Patrimônio Arqueológico e os diferentes segmentos sociais envolvidos nas ações educativas

A Educação Patrimonial realizada no ambiente escolar possibilitou a integração de processos de ensino formal e não formal (GRUNBERG, 2008, p. 39; HORTA et al, 1999). As ações feitas pelo projeto de extensão “Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero”, possibilitou refletir sobre as percepções do público escolar sobre o patrimônio arqueológico, ao articular neste processo a metodologia da educação Patrimonial. Inicialmente foi feito contato com o Sindicato de Guias de Turismo do Amapá e as escolas Cacilda Vasconcelos e Maria Luiza Bello da Silva que contemplam o ensino fundamental (1ª a 5ª série) e estão sob a administração do município de Macapá.

Em relação ao Sindicato de Guias de Turismo do Amapá, os planejamentos das ações educativas levaram em conta o acesso destes profissionais aos locais onde existe sítios arqueológicos com maior facilidade de acesso. Dada a aproximação da data comemorativa ao dia dos Guias de Turismo, a ação educativa visou destacar a importância da visita aos sítios arqueológicos através da roda de conversa intitulada “Nos Passos dos Guias do Patrimônio do Meio do Mundo⁴”, durante o qual foram expressadas as preocupações com o patrimônio arqueológico e possíveis modos de difundir-lo, além de destacar a importância de uma boa relação de diálogo com o sindicato de turismo e a Universidade Federal do Amapá. Além da roda de conversas foi realizada visita à Reserva Técnica do CEPAP/UNIFAP, e na área do sítio arqueológico AP-MA-05 (figura 2).

⁴ Meio do Mundo em alusão a Linha imaginária do Equador que passa no Estado do Amapá.



Figura 2. Acima divulgação da ação feita com os Guias de Turismo. Abaixo do lado esquerdo, roda de conversa sobre patrimônio arqueológico de Macapá e a direita, momento da visitação a área do sítio arqueológico AP-MA-05. Fonte: Acervo do projeto 2018.



Já em relação as escolas, antes foi necessário obter os contatos iniciais com os professores para ter acesso as turmas e alunos. Esta também deveria ser uma forma de reforçar nos professores a importância da Educação Patrimonial nos ambientes escolares. Em geral, fomos bem recebidos pela diretora, corpo técnico e principalmente pelos professores. Para as escolas Cacilda Vasconcelos (figura 3-A e B) e Maria Luiza Bello da Silva (figura 3-C e D), as propostas de ações educativas contemplaram apresentações sobre a arqueologia de Macapá e exposição do projeto de extensão, visitação à reserva técnica do CEPAP e à área do sítio arqueológico AP-MA-05.



Nas atividades educativas realizadas para os professores, tendo como ponto de partida as palestras, visitação ao sítio arqueológico AP-MA-05 e reserva técnica do CEPAP emergiram questões sobre a preservação do patrimônio arqueológico de responsabilidade da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e do ponto de vista ético do fazer arqueológico (BRAY, 2001; Autor, 2017; Autor & Autor, 2018; LIMA, 1994, 2013; LUNA, 2018).

Este é o caso, das primeiras atividades realizadas com os professores das escolas municipais Cacilda Vasconcellos e Maria Luiza Bello da Silva. As palestras e visitas guiadas no sítio arqueológico AP-MA-05 despertaram nos professores o debate sobre a responsabilidade da preservação do patrimônio arqueológico na área da Universidade Federal do Amapá. Neste sentido, foi destacado a necessidade da realização de uma pesquisa de cunho documental e oral, que vise entender o papel e responsabilidade das instituições⁵ como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) no Amapá, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) quanto a proteção do sítio arqueológico AP-MA-05.

Outras reflexões importantes destas ações educativas, vieram das visitas à Reserva Técnica do CEPAP (LUNA, 2018). Após terem contato com as urnas funerárias e ao ver os vestígios humanos, os professores apresentaram explicações sobre o universo funerário que fizeram emergir sentimentos de afetividade, levando a alguns questionamentos por parte destes, como, por que os arqueólogos mexem com os mortos? Que as urnas foram colocadas lá por questão de respeito, ou ainda: vocês já viram gente morta aqui? (Autor & Autor, 2017; LUNA, 2018).

Esses questionamentos levaram também a menção de alguns exemplos surgidos dessas ponderações lançadas pelos professores, evocando como exemplo os movimentos sociais ocorridos desde a década de 1960 até a década de 1990, iniciado pelas comunidades indígenas do Estados Unidos que culminou o NAGPRA⁶ (BRAY, 2001; GAMBIM JÚNIOR 2017, LIMA, 1994). Com a participação das comunidades indígenas nas pesquisas, estas passaram a se apropriar do passado e a contribuir com um melhor conhecimento acerca da sua história ao participar das pesquisas arqueológicas (GAMBIM

⁵ Quanto ao acesso destas fontes, as mesmas podem ser encontradas principalmente no site do IPHAN acessando o Serviço Eletrônico de Informação (SEI), além dos ofícios e memorandos trocados entre CEPAP e UNIFAP.

⁶ Native American Under the Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA).



JÚNIOR 2017, LIMA, 1994). Seguindo este exemplo foi destacado no Brasil, um dos casos mais conhecidos dessa participação da comunidade em relação aos mortos e a arqueologia, como é o caso do Cais do Valongo, um antigo porto de desembarque de navios que traziam africanos escravizados para o Rio de Janeiro (LIMA, 2013).

Junto com os arqueólogos, a comunidade de afrodescendentes, principalmente as lideranças religiosas de matriz africana participaram do processo de interpretação dos vestígios arqueológicos encontrados no Cais do Valongo (LIMA, 2013). Em relação ao cemitério dos pretos novos, este passou a ser um espaço de conscientização e preservação da memória (Autor, 2017; LIMA, 2013). No caso do Estado do Amapá, a relação entre mortos e a prática arqueológica pode ser exemplificado com a cidade de Mazagão Velho (Autor, 2017). Dada a transferência dos colonos portugueses marroquinos para a Amazônia no século XVIII, para a Nova Mazagão na antiga igreja praticava-se o sepultamento de indivíduos nas estruturas conhecidas como naves (Autor, 2017).

Deste exemplo foi destacado a própria relação da comunidade de Mazagão Velho, a maioria afrodescendentes, que busca através de sua religiosidade ligada ao panteão católico e imaginário quanto aos sepultamentos da antiga igreja (Autor, 2017) construir e explicar sua história e construir suas memórias e identidades.



Figura 3. A) Apresentação realizada no CEPAP para o professores da Escola Cacilda Vasconcelos; B) visitação a área do sítio arqueológico APMA-05; C e D) Apresentação realizada no CEPAP para o professores da Escola Mari Bello Silva. Fonte: Acervo do projeto 2018.



Para os alunos, foram planejadas oito oficinas educativas (figuras 4 e 5), tais como a força arqueológica, realização de atividades com desenhos de expressões culturais, arqueólogo do futuro, Sítio-escola Cacilda Vasconcellos, Caderninho “Conhecendo a Arqueologia”, “Dos cacos às Memórias”: ferramenta pedagógica na educação patrimonial”, fabricação de objetos de argila e exposição fotográfica das ações educativas.



Figura 4. A) Jogo da forca arqueológica; B) Desenhos das expressões culturais do Amapá; C) Atividade do arqueólogo do futuro; D) final do sítio-escola; E) Croqui da escavação feita no ambiente escolar. Fonte: Acervo do projeto 2018.





Figura 5. A) caderninho “conhecendo a arqueologia; B) exposição das atividades feitas no caderninho “conhecendo a arqueologia; C) oficina “Dos cacos às Memórias”: ferramenta pedagógica na educação patrimonial”; D) oficinas fabricação de objetos de argila; E) Exposição fotográfica. Fonte: Acervo do projeto 2018.



Para os alunos, as oficinas também permitiram registrar informações importantes quanto a apropriação e reapropriação do patrimônio arqueológico nas escolas municipais



Cacilda Vasconcelos e Maria Luiza Bello Silva. Quanto as oficinas de força arqueológica, expressões culturais, arqueólogo do futuro e Caderninho “Conhecendo a Arqueologia” foram realizadas principalmente na sala de aula. Na oficina da força arqueológica, os alunos batizaram a boneca de Maria Jurema Isabeli, que é uma mistura de nomes das colegas e de pessoas conhecidas. O acerto ou erro das palavras como sítio arqueológico, Fortaleza de São José Cerâmica, dentre outras, determinava a permanência ou a perda de partes da boneca Maria Jurema Isabeli. No final destacamos que a ausência de uma parte da boneca Maria Jurema Isabeli era igual a perda de um sítio arqueológico, o que impossibilitava conhecer mais acerca do nosso passado.

Na oficina Expressões Culturais, várias referências sobre o patrimônio cultural do Estado do Amapá foram apresentadas. Fazem parte da imaginação dos alunos, principalmente a Fortaleza de São José de Macapá, o Curiaú, a praia da Fazendinha e o açai. Após a apresentação das categorias de patrimônio cultural elencadas pelos alunos, fragmentos de réplicas de cerâmica arqueológicas foram repassados para os grupos. Cada grupo fez mais desenhos a partir da cópia das réplicas das cerâmicas arqueológicas e responderam a questões sobre os objetos. De forma tímida, na frente dos demais colegas, estes destacaram as impressões sobre os objetos. O mais interessante desta oficina foram as respostas quanto ao valor atribuído aos objetos, que em geral apontava para um valor sentimental de herança como o que conhecemos: algo passado de geração em geração.

No Caderninho “Conhecendo a Arqueologia, foram registradas as atividades que envolveram os alunos e as oficinas arqueólogo do futuro e o conceito de bem cultural familiar tendo como base as pesquisas de Horta et (1999), Matos (2011) e as reflexões contemporâneas da aplicação do método da arqueologia para entender espaços e descartes de lixo.

Nas oficinas do arqueólogo do futuro, as turmas foram divididas em grupos e coletaram restos de objetos descartados nos arredores da escola. Por meio da coleta desses itens, cada grupo deveria explicar o que era o objeto e dizer porque este estava “jogado” no local encontrado. Em uma das apresentações, por exemplo, a coleta de uma caixa de remédio levantou a hipótese [imaginação] que uma pessoa da escola estaria doente e fazendo tratamento neste espaço. Assim, os alunos perceberam como o lixo [vestígio] e a sala de aula/ambiente escolar [sítio arqueológico] enquanto categorias podem nos dizer muito sobre o nosso comportamento na sociedade.



Seguindo a mesma metodologia da oficina arqueólogo do futuro, a oficina “Dos cacos às Memórias”: ferramenta pedagógica na educação patrimonial foi aplicada nas proximidades do prédio do curso de História. A ideia desta oficina visou mostrar aos alunos que a ausência de parte de determinadas peças da imagem artística sobre a história do Amapá poderia refletir no desconhecimento sobre o nosso passado. Essa oficina possibilitou de forma criativa despertar nos alunos a preocupação da ausência dos pedaços da lajota que retratavam a história do Amapá.

Também foi solicitado aos alunos que trouxessem de casa, objetos que contassem a história da família, o que permitiu aplicar o conceito de bem cultural familiar (HORTA et, 1999; MATOS, 2011) na sala de aula através do Caderninho “Conhecendo a Arqueologia”. Ao descrever o bem cultural familiar através de um questionário, o aluno explicaria a importância do objeto, seu tempo de aquisição e sua história. Este é o caso da apresentação da aluna Maria Clara que levou uma foto de um moedor de carne que era da falecida avó, ela disse que a avó vendia coxinhas e usava o moedor para cozinhar-las, que hoje não usam mais o moedor, porém serve para lembrar de sua avó com carinho. Assim, a atividade realizada nesta oficina com o Caderninho “Conhecendo a Arqueologia” possibilitou verificar a relação de afetividade dos objetos, memória e pessoas.

Quanto ao sítio-escola Cacilda Vasconcellos, este seguiu novamente a metodologia da oficina arqueólogo do futuro, a oficina “Dos cacos às Memórias”: ferramenta pedagógica na educação patrimonial. O sítio-escola Cacilda Vasconcellos, visou ser uma atividade lúdica [realizada no período de inverno típico da Amazônia] que ao mesmo tempo apresentaria os métodos de escavação utilizado na arqueologia. A surpresa maior para os alunos foi encontrar em uma das quadriculas uma deposição de vasilha cerâmica contendo partes de ossos humanos (ambas réplicas). A experiência⁷ da participação dos alunos no Sítio-escola Cacilda Vasconcellos despertou muita alegria e interesse por esse processo de aprendizagem prática.

Finalmente a oficina Fabricação de objetos de argila, culminou com as etapas de apropriação e reapropriação do patrimônio arqueológico. A partir desta oficina,

⁷ O registro visual desta atividade pode ser encontrado também na dissertação de mestrado profissional em História, intitulada, “O que os mortos podem nos contar: catálogo do patrimônio arqueológico Maracá no ensino de história do Amapá” defendida em 2018 por Jackeline Samara Maciel da Silva.



os alunos foram incentivados a criar através do manuseio de bolotas de argila, areia e água objetos, tendo como base as técnicas de manufatura indígena. Com a imaginação livre, os alunos criaram vários objetos que foram desde vasilhas pequenas de cerâmica [apropriação] a bichinhos de argila, escudo do flamengo e bonecas [reapropriação]. Após o processo de fabricação dos objetos de argila, cada aluno explicou sua [re]criação. A aluna Clarice criou a personagem da animação Pokémon, Pikachu e um jacaré, enquanto o aluno Hugo produziu o rosto de um mago que viu em um desenho.

O processo da apropriação e reapropriação das coisas do passado passou a ser conhecido como uma reinvenção das tradições (HOBSBAWM, 2012, p. 7-23). Conforme Hobsbawm (2012, p.7), o termo “tradição inventada” sugere um conjunto de práticas sociais, reguladas por regras subentendidas ou aceitas, regidas por práticas de caráter ritual ou simbólica, valores e normas de comportamento a partir de repetição, o que garante a continuidade em relação ao passado. A “tradição inventada”, ao ser utilizado de forma mais ampla, passaria a incluir desde as “tradições” inventadas, construídas ou institucionalizadas, quanto aquelas que surgem e se estabelecem com maior rapidez (HOBSBAWM, 2012, p. 8).

Como exemplo, na Amazônia temos a reapropriação do passado indígena do Marajó [cultura marajoara associada a três fenômenos: a cultura pré-colonial pesquisada pelos arqueólogos; artesanato e arquitetura paraense; a cultura do caboclo e vaqueiro da ilha de Marajó] onde ceramistas passaram a replicar, recriar e a reinventar as tradições arqueológicas da região (SCHAAN, 2009, p. 89-98). Assim são as reapropriações do patrimônio arqueológico e reinvenções das tradições nos ambientes escolares exemplificadas pelos objetos de argila feitos pelos alunos Clarice e Hugo.

Estimular o sentir-se parte da UNIFAP foi possível através da exposição fotográfica das atividades realizadas pelos alunos. As atividades realizadas nas escolas, que envolveram alunos e professores da rede pública do estado do Amapá, demonstraram a importância de estreitarmos os laços de aproximação e parcerias entre a escola e a universidade, ambas tendo como compromisso de promover transformações da realidade social, através de ações educativas que precisavam ser integradas, pois só passamos a ser parte de uma estrutura como a universidade quando o sentimento de pertencimento é estimulado em cada pessoa.



Considerações Finais

Nos últimos anos, ocorreu um aumento no interesse em relação ao Patrimônio Arqueológico. Esse interesse fez proliferar pesquisas, como forma de socialização e divulgação do conhecimento produzido pela Arqueologia, a partir da utilização da proposta metodológica para uso educacional conhecida como Educação Patrimonial. Inicialmente as ações de Educação Patrimonial centravam-se nas escolas e museus como meio de apropriação, sensibilização e afetividade em relação ao Patrimônio Arqueológico, tendo como público alvo os ambientes escolares (BASTOS & LIMA, 2018). Hoje as discussões que envolvem o patrimônio arqueológico revelam que cada vez mais é necessário dialogar com outros segmentos da sociedade.

É importante destacar que em locais onde a exposição dos vestígios arqueológicos é mais frequente, o estímulo a visitação do público leigo de se fazer turismo torna-se perigoso. Conforme mencionam Pereira e Figueiredo (2012, p. 23), ao visitar de maneira informal, rapidamente alguns sítios arqueológicos passam a fazer parte do roteiro do turismo na região amazônica. O que deixa claro que o patrimônio arqueológico tem grande potencial de atração turística, sendo desta forma tão valorizado (PEREIRA & FIGUEIREDO, 2012, p. 23). Os fatores que colocam em risco a preservação do patrimônio arqueológico, refere-se à carência de ações educativas que envolvam o setor do turismo.

As aproximações entre a escola e a universidade eram vistas como barreiras conforme exploram alguns alunos que manifestaram a vontade de interagir com o espaço universitário. Neste sentido, os meios de aproximações entre a escola e a universidade se dão pelo próprio patrimônio arqueológico, um bem público até então desconhecido, que passou a ser visto e apropriado por todos os participantes das atividades de educação patrimonial. É no caminho, pelo pequeno ramal de terra batida que dá acesso à escola Maria Luiza Bello da Silva que os vários fragmentos de cerâmica arqueológica podiam ser vistos após a passada das chuvas típicas da Amazônia.

Pensar a universidade a partir de seus objetivos básicos de formação, geração de novos conhecimentos e disseminação destes é um processo do qual destaca-se a extensão universitária, que permite de forma conceitual e prática o “pensar” e “fazer” fora e no



interior da universidade (SERRANO, 2016, p. 1). A extensão universitária sendo um dos pilares das instituições de ensino superior (IES), juntamente com o ensino e pesquisa possibilitam a relação da universidade e a sociedade, da forma como é esperada: de ações transformadoras (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2016, n. p).

Esta também é uma das funções da universidade gerar saber que seja voltado principalmente para a cultura para a solução dos problemas atuais da sociedade (BELLONI, 1992). As atividades de Educação Patrimonial voltadas para o patrimônio arqueológico realizadas nas escolas, que envolveram alunos e professores da rede pública do estado do Amapá, demonstraram a importância de estreitarmos os laços de aproximação e parcerias entre a escola e a universidade, ambas tendo como compromisso de promover transformações da realidade social, através de ações educativas que precisavam ser integradas.

Agradecimentos

Os autores deste artigo agradecem o fomento financeiro aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas a Extensão Universitária (PIBEX), de atribuição Pró-reitora de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC) através do Departamento de Extensão (DEX), edital nº27/2017. Estas ações contaram com o apoio do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo (CEMEDHARQ) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Agradecemos a participação das bolsistas de extensão Alicia Miranda, Anderson Rocha, Eduardo Barbosa, Júlio Gama, Letícia Santos, Leticia Barros e Maria Letícia Oliveira, das professoras Jackeline Samara e Vanilda, do Sindicato de Guias de Turismo do Amapá, além da contribuição quanto ao design do caderninho “Conhecendo a Arqueologia”, elaborado pela técnica da UNIFAP Nara Chamblay.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Rossano Lopes. **Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos**. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 155-168, 2006.



BELLONI, Isaura. **Função da Universidade: notas para reflexão.** In: BRANDÃO, Zaia et. al. **Universidade e educação.** Campinas: Papirus: Cedes; São Paulo: Anped, 1992.

BEZERRA, Marcia. **O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia.** Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Vol. 12, No. 2, Jul-Dez, 2018.

BASTOS, Cecília Maria Brito & LIMA, Jelly Juliane Souza. **Patrimônio Arqueológico e Pessoas: Reflexões sobre Educação Patrimonial como estratégia para o Ensino de História.** In: II Jornada Internacional de Ensino de História na Amazônia, 2018. <https://jornadaensinoamazon.wixsite.com/jieha2018>

BRAY, Tamara. **American Archaeologists and Native Americans: A Relationship Under Construction.** In: **The future of the past: archaeologists, Native Americans, and repatriation.** Taylor & Francis, 2001.

CARVALHO, Aline Vieira & FUNARI, Pedro Paulo A. **As possibilidades da arqueologia pública.** In: História e-História, p. 1-7, 2009.

COSTA, Jucilene & MORAES, Irislène. 2017. **Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Intensiva na área do Campus Universitário Marco Zero da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).** Macapá: Universidade Federal do Amapá.

FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. **E a cultura? O Centro Nacional de Referência Cultural e a identidade do Brasil (1975-1979).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais.** In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial.** Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

FLOÊNCIO, Sônia Rampim, et al. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação.** Brasília: Iphan, 2016.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil.** Trabalhos de antropologia e etnologia, Porto, v. 41, n. 1/2, p. 23-32, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. **Cultura material escolar: o papel da arquitetura.** Proposições, v. 16, n. 1, p. 135-144, 2005.

Autor, Autor. **Relatório de Participação em Audiência Pública na Comunidade de Mazagão Velho.** Relatório de Viagem Nacional. Macapá: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.



Autor & Autor. **A Reserva Técnica e os Mortos: Reflexões sobre imaginário a partir de ações de Educação Patrimonial.** In: Patrimônio Arqueológico e Pessoas: Reflexões sobre Educação Patrimonial como estratégia para o Ensino de História. In: II Jornada Internacional de Ensino de História na Amazônia, 2018.

HOBBSAWM, Eric. **Introdução: a invenção das tradições.** In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação patrimonial.** In: Comunicação apresentada na Conferência Latino Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural. 1991.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005, 31.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira, et. al. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

LIMA, Tania Andrade et al. **Restos humanos & Arqueologia Histórica: uma questão de ética.** South Carolina Institute of Archaeology and Anthropology, 1994.

LIMA, Tania Andrade. **Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX.** Vestígios, Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica, v. 7, p. 177-204, 2013.

LUNA, Verônica Xavier. **Relatório Final de Extensão do Projeto “Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero”.** Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2018.

MACHADO, Ana. 1997. **Relatório do Salvamento Arqueológico do Sítio AP-MA-5: Campus Universitário, Macapá.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; ZANON, Elisa Roberta. **Educação patrimonial: da teoria à prática.** Londrina: Ed. Unifil, 2009.

MATOS, Alexandre Pena. **Educação patrimonial nas escolas de Ensino Fundamental e Médio: a cultura material no bem cultural familiar.** Métis: história & cultura, v. 8, n. 16, 2009.

NAJJAR, Rosana. **Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas).** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 71-91, 2011.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Coleção Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras-FORPROEX,** vol. I. Disponível em: Acesso em: 17 julho. 2019.

PEREIRA, Edith & FIGUEIREDO, Silvio. **Arqueologia e Turismo na Amazônia: problemas e perspectivas.** Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 2, n. 3, 2012.



SALDANHA, João Darcy de Moura & CABRAL, Mariana Petry. **Segundo relatório semestral do Programa de Resgate Arqueológico no Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)**. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá. 2011.

SALDANHA, João Darcy de Moura. 2017. **Poços, Potes e Pedras: Uma Longa História Indígena na Costa da Guayana**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: Acesso em: 18 julho. 2019.

SCHAAN, Denise Pahl. **Múltiplas vozes, memórias e histórias: Por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. Patrimônio Arqueológico: O desafio da preservação**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33, p. 109-136, 2007.

SCHAAN, Denise Pahl. **Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio: textos selecionados**. Habilis Editora, 2009.